

OS DESAFIOS DO MULTICULTURALISMO NO COTIDIANO ESCOLAR: O RACISMO E A DISCRIMINAÇÃO CONTRA A CULTURA NEGRA E RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS.

Luciana Helena Monsores*

Introdução

A diversidade cultural brasileira é um grande tema de discussão relevante em nossa sociedade e, particularmente, em nossas escolas. O Brasil apresenta uma vasta riqueza cultural o que torna complexa a convivência entre as pessoas e a relação dessa diversidade com a educação.

Segundo Gomes, entre os educadores nunca se falou tanto em cultura como atualmente: cultura escolar, diversidade cultural, multiculturalismo, interculturalismo, sujeitos socioculturais, cultura negra. (2003). Por mais que tal apelo à cultura possa significar um modismo pedagógico, só o fato da palavra *cultura* fazer parte do vocabulário educacional já é um dado pedagógico relevante, pois “constitui uma inflexão no pensamento educacional, fruto das mudanças ocorridas em nossa sociedade”. (2003, p75)

Entretanto, poucas são as promessas cumpridas da educação *multicultural*, esta, com a representação da diversidade cultural no currículo e na prática diária, poderia ser o melhor recurso educacional para lidar com o sucesso escolar das minorias e poderia também promover uma maior harmonia e interação cultural, tanto nas escolas como fora delas.

Ainda para Gomes, a cultura diz respeito “às vivências concretas dos sujeitos, à variabilidade de formas de conceber o mundo, às particularidades e semelhanças construídas pelos seres humanos ao longo do processo histórico e social” (2003, p.75).

Entretanto, para Rodrigues, vivemos sob a dominação de uma lógica simbólica e as pessoas se comportam segundo as exigências dela, muitas vezes inconscientemente. “Os sistemas de representação e sua lógica são introjetados pela educação nos indivíduos, de forma a fixar as similitudes essenciais que a vida coletiva supõe, garantindo, dessa maneira, para o sistema social, uma certa homogeneidade”. (1986 apud Gomes, 2003, p.76)

Nesse sentido, a diferença é vista como algo negativo e essa ideia da diferença como uma força destrutiva e desagregadora não é recente. Pode-se afirmar que para considerar algo ou alguém diferente, deve-se partir de uma comparação com um padrão pré-estabelecido, norma ou expectativa cultural vigente de um determinado grupo. Quando a cultura define o que consiste o sucesso ou a perfeição, surge a discriminação e avaliação da

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, da UERJ.

cultura do outro, vista como algo inferior. As diferenças são socialmente construídas ao longo de processos históricos, nas relações sociais e de poder.

A legislação brasileira voltada à educação ressalta a importância de escolas e universidades como espaços socioculturais responsáveis pelo trato pedagógico dos conhecimentos e das culturas. A lei 10.639/2003 é um exemplo de política pública voltada para a diversidade e para a questão racial dentro da escola. Nesse sentido, a escola é convocada a lidar com a pluralidade, abrir espaços para a manifestação e valorização das diferenças e o currículo escolar é constantemente desafiado a mediar a diversidade e seus conflitos.

A escola, enquanto instituição responsável pela organização, transmissão¹ e socialização do conhecimento e da cultura, revela-se como um dos espaços em que as representações negativas sobre o negro, por exemplo, são difundidas e, por isso mesmo ela também é um importante local onde estas podem ser superadas. (Gomes: 2003)

Assim, o professor deve reconhecer a necessidade de trabalhar dentro e fora de sala de aula as diferenças culturais de/com seus alunos e da sociedade brasileira como um todo. O educador deve considerar nas diferenças culturais do corpo discente, dentro e fora da instituição de ensino, sua influência na escola e no processo de ensino-aprendizagem.

O Cotidiano Multicultural da Escola

O estudo do cotidiano implica a necessidade de uma mudança de percepção da realidade através de um pensamento complexo e em rede. Além disso, é necessário despir-se de qualquer preconceito, hipótese rígida e da crença da existência de uma cultura homogênea e uma única realidade.

O cotidiano escolar é impregnado pela diversidade cultural e toda essa diversidade e os conflitos resultantes dela devem ser considerados no processo de ensino-aprendizagem e de sociabilização.

Mas o que é o cotidiano? Por que estudar o cotidiano exige um esforço cognitivo e uma postura diferenciada? Como torná-lo questão de nossas pesquisas sem cair na armadilha das generalizações?

O cotidiano é o que se passa todos os dias. José Machado Pais acredita que “no cotidiano nada se passa que fuja a ordem da rotina e da monotonia. Então o cotidiano seria o que no dia a dia se passa quando nada se parece passar. E é nos aspectos aparentemente de pouco valor da vida social, no “nada de novo” do cotidiano, que encontramos condições e possibilidades de resistência. Assim, considerando a sua regularidade, normatividade e

¹ Prefiro utilizar a palavra “partilha”, mas a autora, em sua obra utiliza “transmissão”.

repetitividade, o cotidiano manifesta-se como um campo de ritualidades. (2003, p.28)

Os estudos do cotidianos se dão nessa rotina destacando o processo em detrimento do resultado, procurando os significantes, mais do que os significados. Nesse sentido, podemos dizer que “as maneiras de fazer cotidianas são tão significantes quanto os resultados das práticas cotidianas”. (Pais, 2003, p.30).

O estudo voltado ao cotidiano escolar, portanto, deve se fazer no processo e não no fim, considerando os erros e acertos, e, acima de tudo, sem buscar respostas/verdades, e sim a compreensão da dinâmica e das relações no ambiente escolar através de um conhecimento descritivo, revelador e compreensivo.

Por isso, o primeiro passo para estudarmos a *multiculturalidade* e os conflitos no cotidiano escolar está na aceitação de que existem realidades diferentes e de que não há busca por respostas, mas por compreensão, revelações e por uma explosão de sentimentos e emoções, pois é disso que o cotidiano está impregnado. É importante estar ciente também da diversidade e singularidade presente nesse cotidiano, pois “todas as pessoas tem a sua cotidianidade, mas nenhuma pessoa tem o cotidiano igual ao da outra, nem um dia seu igual ao outro”. Sendo assim, talvez seja pertinente falar em cotidianos, no plural. (Oliveira; Sgarbi, 2008, p.17)

Contudo, ao nos apropriarmos dos estudos do cotidiano é importante que não engessemos algo tão pulsante, impregnado de pluralidade em textos ou questionários rígidos e excessivamente normatizados.

Segundo Oliveira e Sgarbi, ao estudar o cotidiano devemos ficar atentos para não transformar as recorrências em generalizações, não transformar o sistema de crenças e valores individuais e particulares em verdades a priori, não confundir rigor com rigidez, não relaxar o rigor na tentativa de conquistar uma linguagem que mais se aproxime das cotidianidades. (2008, p.19)

Além da aceitação da existência de mais de uma realidade, para estudar o cotidiano é importante lançar mão de um pensamento complexo e de uma perspectiva de conhecimento em rede, ou seja, pensar o mundo como um todo indissociável, através de uma abordagem multidisciplinar dos fenômenos e a mudança de paradigma, abandonando o reducionismo, e dando lugar à criatividade e ao caos. “A complexidade sempre existiu enquanto forma de organização do mundo e da vida e é preciso considerar essa complexidade”.(OLIVEIRA; SGARBI, 2008, p.40).

Muitas vezes, conhecimentos da prática, ou seja, os conhecimentos cotidianos, acabam sendo desvalorizados, pois há uma subordinação do conhecimento teórico ao conhecimento prático e isso é muito forte na educação escolarizada. Não existe espaço para a cultura popular na escola. E essa cultura popular, que está no cotidiano, mas a escola não enxerga

ou finge que não enxerga, deveria ser parte do currículo e ser considerada pela instituição.

No caso das culturas negras, por exemplo, a escola, ao invés de valorizar a identidade afro-brasileira, acaba por reafirmar preconceitos e estigmas negativos. As escolas brasileiras limitam-se a abordar a cultura dos negros brasileiros como algo inferior. Parte-se da visão branca europeia para abordar a história da África e dos negros africanos no Brasil e enfoque dado está na escravidão. As crenças, os costumes e o próprio corpo negro é visto de forma negativa e vulgarizada. E isso reforça o preconceito contra o negro e sua cultura dentro e fora da escola.

Nesse sentido, faz-se necessário que a escola abra suas portas e seu currículo para as culturas pulsantes no cotidiano, fugindo da hierarquização dos conteúdos e das teorias elitistas que permeiam o mundo escolar. Sentir o cotidiano e suas exigências é de grande relevância na luta contra a discriminação e contra a subordinação de uma cultura sob a outra.

A questão étnico-racial dentro da escola e o preconceito contra o negro

Durante muitos anos a África foi vista pela Europa como um lugar pouco civilizado, de cultura inferior. Países europeus dilaceraram culturas, exploraram territórios e escravizaram o povo africano. Desde então, a África é vista de forma negativamente estigmatizada e, por consequência, o negro também. A cultura africana é inferiorizada, bem como suas descobertas e crenças.

Segundo Santos (2010), o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal que consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos: *deste lado da linha e do outro lado da linha*. O referido autor é de origem portuguesa, quando menciona *deste lado da linha*, refere-se ao lado da linha que oprime e dita as regras, onde predomina o paradigma da regulação/emancipação e o *outro lado da linha* é o lado oprimido e é palco da relação apropriação/violência.

Nesse sentido, pode-se dizer que a África encontra-se *do outro lado da linha* e, por esse motivo não se reconhece nela conhecimento real; o que existem são crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos, que, na melhor das hipóteses, podem tornar-se objetos ou matéria-prima para a inquirição científica e “a negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para a outra parte da humanidade se afirmar enquanto universal” (Santos: 2010, p. 39).

Apesar da História destacar o encontro e mistura de diferentes culturas no território brasileiro e na formação do seu povo, o contato entre portugueses, índios e negros desencadeou alguns conflitos. As diferenças se acentuaram, levando à formação de uma

hierarquia de classes que provocou distanciamento e prestígio social dos colonizadores e colonos. Os índios e os negros permaneceram em situação de desigualdade na marginalidade e na exclusão social.

Para Santos (2010: p.39) “as colônias representam um modelo de exclusão radical que permanece atualmente no pensamento e práticas modernas ocidentais tal como aconteceu no ciclo colonial. Hoje, como então, a criação e ao mesmo tempo a negação do '*outro lado da linha*' fazem parte integrante de princípios e práticas hegemônicas”

Essa situação subsistiu até os dias de hoje, contribuindo para a atual situação do negro. O seu cotidiano coloca-o frente à vivência de circunstâncias como preconceito, descrédito, evidenciando a sua difícil inclusão social. Assim, é importante perceber a escola, enquanto um dos espaços formadores da identidade das crianças negras e como perpetuadora ou transformadora do preconceito existente na sociedade brasileira.

A escola é uma das principais responsáveis pelo processo de socialização no qual se estabelecem relações com diferentes crianças e jovens. Esse contato diversificado poderá fazer da escola o primeiro espaço de vivência das tensões raciais. A relação estabelecida entre crianças brancas e negras numa sala de aula pode acontecer de modo tenso, segregando, excluindo, possibilitando uma postura introvertida da criança negra, por medo de ser rejeitada ou ridicularizada e havendo um processo de desvalorização de seus atributos individuais, que interferem na construção da sua identidade.

Gomes (2003, p.81) destaca que a partir do século XV construiu-se um padrão hegemônico de beleza baseado na Europa. Esse ideal de beleza, visto por alguns como universal é, na realidade, construído socialmente, num contexto histórico, cultural e político.

O cotidiano escolar pode demonstrar imagens caricatas de crianças negras em cartazes ou textos didáticos, assim como os métodos e currículos aplicados, que parecem atender ao padrão dominante, já que neles percebemos a falta de visibilidade e reconhecimento dos conteúdos que envolvem a questão negra.

Além disso, nota-se, na escola, uma constante desvalorização da estética negra, onde os atributos físicos são inferiorizados e confrontados com o padrão branco europeu.

“Alguns aspectos corporais, no contexto do racismo, são tomados pela cultura e recebem um tratamento discriminatório. São estratégias para retirar do negro o status de humanidade. Talvez seja esta uma das piores maneiras de o racismo se perpetuar. Ele transforma as diferenças inscritas no corpo em marcas de inferioridade. Nesse processo são estabelecidos padrões de superioridade/inferioridade, beleza/feiúra. O cabelo crespo é um dos argumentos usados para retirar o negro do lugar da beleza” (GOMES, 2003, p.79)

Essas crianças e jovens negros estão em processo de desenvolvimento emocional,

cognitivo e social, que podem incorporar mais facilmente as mensagens com conteúdos discriminatórios que permeiam as relações sociais, aos quais passam a atender os interesses da ideologia dominante, que objetiva consolidar a suposta inferioridade de determinados grupos. Dessa forma, a escola tanto pode ser um espaço de disseminação quanto um meio eficaz de prevenção e diminuição do preconceito.

Assim, o currículo escolar deve estar pautado no cotidiano da escola e, por isso não pode ignorar as diferenças econômicas, sociais e culturais presentes na sociedade e, por conseguinte, na escola.

Para D'Adesky², a educação é um dos instrumentos que favorecem o preconceito e, por meio dela, a cultura mantém a perpetuação das relações de dominação, nascidas no tempo da colonização e da escravidão. A educação no Brasil é marcada pela hegemonia cultural euro-brasileira e pela exclusão das heranças culturais afro-indígenas dos currículos escolares que subtraem às classes populares importantes instrumentos de etnicidade, autonomia social e cidadania impondo-lhes a “branquidade”. (2001 apud Caputo:2011)

Quase sempre a escola tem dificuldade de lidar com as diferenças ou simplesmente não quer enxergá-las, pois é a atitude mais simplista a se tomar.

Já para Cavalleiro³, diversos estudos evidenciam que o sistema formal de educação é desprovido de elementos propícios à identificação positiva de alunos negros com o sistema escolar. Para a ela, esses estudos demonstram a necessidade de uma ação pedagógica de combate ao racismo e aos seus desdobramentos, como preconceito e discriminação étnicos, que podem estar ocorrendo no cotidiano escolar, provocando distorções de conteúdo curricular e veiculando estereótipos étnicos e de gênero por intermédio dos meios de comunicação e dos livros didáticos e paradidáticos. (2000 apud Caputo: 2011)

A intolerância religiosa e o racismo no cotidiano escolar.

Para Caputo, quando uma diretora ou professora, por exemplo, proíbe a utilização de qualquer material didático sobre culturas africanas, normalmente, quer apagar a diversidade presente na sociedade e na escola, quer silenciar culturas não hegemônicas. (2008)

A exemplo disso temos o caso da professora Maria Cristina Marques proibida de dar aulas na Escola Municipal Pedro Adami, em Macaé, no Estado do Rio de Janeiro, pois utilizava o livro “Lendas de Exu”, recomendado pelo próprio MEC. De acordo com a

² D'ADESKY, J. Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2001

³ CAVALLEIRO, Eliane. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar – racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo: Humanitas, 2000.

reportagem de um jornal carioca, em outubro de 2009, a professora acionou o Ministério Público por se sentir vítima de intolerância religiosa, alegou ter sofrido diversas humilhações por parte do corpo docente, além de ter sido acusada a fazer “apologia ao Diabo”. (ibid).

A questão religiosa, então, se destaca dentro deste âmbito, já que o Brasil é um país laico e apresenta diferentes formas de manifestação religiosa. Algo que emana dessa relação entre religião e educação atualmente no Brasil, em especial no estado do Rio de Janeiro, é a Lei 3.459, de 14 de setembro de 2000. Esta lei torna obrigatório o ensino religioso nas escolas estaduais, o que incita debates e muita polêmica.

Os dispositivos legais e a lei 10.639/2003

Outra lei importante que aflora os debates é a Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Esta, por sua vez, estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. Assim, a abordagem de religiões de descendência africana deve constar no currículo escolar e, apesar de significar uma relevante conquista no campo do respeito à diversidade étnico-racial e religiosa, pode trazer a tona mais preconceito, até que, a longo prazo, se estabeleça com naturalidade.

De acordo com Caputo, as culturas com suas religiões também fazem parte do ensino de História da África e, portanto, devem ser abordadas nas aulas de História, da mesma forma que são abordados o catolicismo e o protestantismo. Ainda para a autora o racismo, muitas vezes, está disfarçado de intolerância religiosa. (2008)

Segundo Beniste⁴ as medidas oficiais sobre a liberdade religiosa começaram na Assembléia Constituinte de 1823, que no artigo 16, dizia que a religião católica era a religião do Estado por excelência e a única mantida por ele. Em 1831, o Império passava a ter seu 1º Código Criminal que, no artigo 276, considerava como ofensa à religião celebrar culto ou outra religião que não fosse a do Estado. (2006 apud Caputo: 2008)

Em 1889, com a Proclamação da República, um decreto determinou a separação entre Igreja e do Estado. E nas reformas constitucionais de 1891, 1926 e 1934 a liberdade de culto foi mantida, apesar de não impedirem atos violentos e repressivos contra os cultos africanos.

Todos esses dispositivos legais, bem como as reivindicações e propostas do Movimento Negro ao longo do século XX, apontam para a necessidade de diretrizes que orientem a formulação de projetos empenhados na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos.

Assim, faz-se necessária a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de

⁴ BENISTE, J. Mito Yorubá, o outro lado do conhecimento. Rio de Janeiro: Bertrann. 2006

atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial diversificado, para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos igualmente tenham seus direitos garantidos, sua identidade e cultura valorizadas.

É importante que se reconheça e valorize a cultura afro-brasileira e que se questione relações baseadas em preconceitos que desqualifiquem os negros e salientam estereótipos depreciativos, palavras e atitudes violentas, sentimentos de superioridade em relação aos negros e sua cultura.

As religiões de origem africana sempre foram alvo de discriminação no Brasil. As leis de proibição das manifestações culturais negras, em especial dos cultos afrodescendentes, não impossibilitaram a continuidade dessas práticas religiosas e das estratégias elaboradas e reelaboradas pelos adeptos das mesmas para assegurar seus espaços. Atualmente, apesar da laicidade do Estado brasileiro, essas religiões e crenças ainda são vistas de forma negativa, principalmente por pessoas que não as conhecem.

O racismo e o “mito da democracia racial” no Brasil

No começo do século XX, o conceito de raça deixou de ser um conceito científico, biológico. Atualmente, o conceito de raça tem “um significado propriamente sociológico, relacionado a uma certa forma de identidade social (Guimarães, 2005, p. 71)

Assim, segundo Gomes “raça é um conceito cientificamente inoperante. Porém, social e politicamente, ele é um conceito relevante para pensar os lugares ocupados e a situação dos negros e brancos em nossa sociedade” (2003, p. 78)

Entretanto, o Brasil ainda sustenta “o mito da democracia racial”, ou seja, a falsa ideia de um país despido de preconceito étnico-racial, o que pode mascarar a realidade e provocar o aumento da discriminação implícita.

Para Antônio Sérgio Guimarães, o racismo brasileiro é do tipo heterofóbico, ou seja, um racismo que é a negação absoluta das diferenças, que pressupõe uma avaliação negativa de toda diferença, implicando um ideal de homogeneidade. Nada mais fere a alma nacional do que o cultivo das diferenças. (2005)

Ainda segundo o pesquisador, “os brasileiros se imaginam numa democracia racial. Essa é uma fonte de orgulho nacional, e serve, no nosso confronto e comparação com outras nações, como prova de nosso status de povo civilizado” (Guimarães, 2005, p.39)

No Brasil, a construção da nacionalidade afetada pelo descrédito no conceito de raça. “De certo modo, tornou-se comum entre brasileiros, a afirmação de que as raças não existem e de que o que importa, em termos de oportunidade de vida, é a classe social de alguém”. (Guimarães, 2005, p. 65)

De fato, o conceito de raça no aspecto biológico não existe, porém, não podemos ignorar os aspectos sociais e políticos, onde a existência das raças se faz presente. Assim, “a discussão sobre raça, racismo e cultura negra nas ciências sociais e na escola é uma discussão política. Ao não politizarmos a ‘raça’ e a cultura negra caímos fatalmente nas malhas do racismo e do mito da democracia racial” (Gomes, 2003, p.78)

Gomes acredita que “tratar, trabalhar, lidar, problematizar e discutir sobre educação e cultura negra no Brasil é assumir uma postura política. De forma alguma as relações culturais e sociais entre negros e brancos em nosso país podem ser pensadas como harmoniosas, democráticas e diluídas nas questões socioeconômicas”. (2003, p. 77)

Porém, o preconceito religioso está diretamente associado ao racismo. A intolerância voltada para as religiões de matriz africana está ligada à discriminação étnico-racial. Por esse motivo, não se pode desvincular ambas formas de preconceito e discriminação.

Nossos alunos negros (ou não), praticantes da Umbanda e do Candomblé, continuam silenciados, assim como os negros escravos em suas senzalas, e esse silêncio nada mais é do que uma estratégia contra a perseguição, desta vez, não formalizada legalmente, mas presente nas mentes preconceituosas de educadores, alunos e pais.

O Insulto Racial

Apesar do “mito da democracia racial”, não é difícil perceber o preconceito racial em nosso dia a dia. Muitas queixas de discriminação, insulto e injúria racial são registrada em delegacias todos os dias.

“O insulto racial é um ato, observação ou gesto que expressa uma opinião bastante negativa de uma pessoa ou grupo” Mas, pode expressar mais do que uma opinião negativa. Ele significa o rompimento de uma norma social e simboliza uma forma de construção de uma identidade social estigmatizada. (Flynn⁵:1977 apud Guimarães: 2005).

Para Gomes (2003, p.78), “as diferenças, mesmo aquelas que nos apresentam como as mais físicas, biológicas e visíveis a olho nu, são construídas pela cultura. A natureza é interpretada pela cultura”.

A intenção do insulto pode variar, mas está sempre ligada a uma relação de poder. No estudo da formação de grupos socialmente execrados, Norbert Elias e John Scotson⁶ propõem um ordenamento no modo como os grupos dominantes estigmatizam os dominados (1994 apud Guimarães:2005):

Pobreza: a pobreza e a condição social inferior é referida por palavras como *favelada*,

⁵ FLYNN, Charles (1977) *Insult and society: patterns of comparative interaction*. Port Washington / New York: Kennikat Press.

⁶ ELIAS, Norbert; SCORTSON, John. *The established and the outsiders*. Londres: Sage Publications. 1994

maloqueira, desclassificado e analfabeto. Os estigmas preferidos de inferioridade social são o local e tipo de moradia e o grau de instrução, além da condição de ex-escravo. Os termos *besta* e *metida* são empregados devido a não aceitação por parte dos grupos dominantes de uma inversão de uma hierarquia social considerada, por eles, como natural.

Anomia: refere-se a delinquência como *ladrão, folgado, safado, sem-vergonha, pilantra, maconheiro, traficante* etc; moral sexual como *vagabunda, bastardo, prostituta, sapatão, homossexual* etc; e estigmatização religiosa através de termos como *macumba, macumbeira, galinha preta de terreiro* etc.

Animalização: é atribuída, principalmente, através dos termos *macaco* e *urubu*.

Limpeza e Higiene: o estigma da sujeira é reforçado por termos como *fedida, fedorenta, suja, nojento* etc.

Termos sintéticos: não demandam insultos, pois pronuncia-se apenas o nome do grupo, mas são usados de forma pejorativa, como *negro* e *preto*.

Indubitavelmente, essa questão também está na escola, uma vez que, freqüentemente esses insultos são proclamados por nossos alunos. A escola e a sala de aula são locais de conflitos, pois abriga pessoas de culturas muito diferentes. Assim, o preconceito racial normalmente aparece e os insultos, infelizmente, são muito comuns. Os termos mais utilizados por alunos para agredir outros alunos são, principalmente, os termos sintéticos, como *preto* ou *crioulo*, a anomia através da estigmatização religiosa como *macumbeiro* e a animalização, onde o termo mais utilizado é o *macaco*.

O papel do educador e da escola

O *bullying* envolve uma série de incidentes com agressões morais. No caso do racismo na escola que é um *bullying* racista, caracteriza-se pela agressão sobre a cultura de alguém, religião, nacionalidade ou origem étnica.

Para evitar ou reverter situações de racismo dentro da escola, é necessária a participação efetiva do professor e de toda a escola, como coordenadores, orientadores pedagógicos e gestores escolares. A temática deve ser abordada com os alunos, com a família e a comunidade escolar.

Segundo Nilma Lino Gomes (2003, p.77), ao educador cabe compreender como os diferentes povos, ao longo da história, classificam a si mesmos e aos outros, como certas classificações foram hierarquizadas no contexto do racismo e como esse fenômeno interfere na construção da auto-estima e impede a construção de uma escola democrática. Além disso, é tarefa do educador entender o conjunto de representações sobre o negro existente na sociedade e na escola, e enfatizar as representações positivas construídas politicamente pelos

movimentos negros e pela comunidade negra.

Assim, para a autora, é necessária a construção de práticas pedagógicas de combate a discriminação racial, um rompimento com a naturalização das diferenças, pois esta sempre desliza para o racismo biológico e acaba por reforçar o mito da democracia racial.

Nesse sentido, para lidar de forma positiva com as situações de racismo na escola, o professor não deve se limitar ao currículo mínimo, pois cada temática pode ser abordada de forma abrangente e trazer a tona infinitas discussões acerca dos mais variados assuntos, inclusive sobre a cultura negra e seus estereótipos. É possível levar o tema para além da sala de aula, utilizando a biblioteca, filmes, documentários, feiras de culturas, fazendo exposições com os alunos, organizando teatros. Através de pesquisas variadas fica mais fácil debater o assunto.

Além disso, o professor deve conversar e ouvir seus alunos. A sala de aula é um ambiente seguro para discutir este assunto e muitos outros. O professor deve conversar com os alunos, uma discussão aberta com a temática do racismo pode esclarecer diversos tipos de pensamentos estereotipados nas cabeças das crianças. Muitos professores estão tão preocupados em passar o conteúdo da disciplina e esquecem de ouvir seus alunos ou de prestar atenção no que conversam entre eles e no tipo de relações que mantêm entre si. Um educador deve estar atento ao que acontece ao seu redor e aproveitar as oportunidades para trabalhar temas em sala de aula.

As culturas negras não limitam-se aos aspectos da escravidão, não concentram-se somente em datas comemorativas e nem são folclore. “A cultura negra só pode ser entendida na relação com outras culturas existentes em nosso país. (...) Quando a escola desconsidera esse aspecto ela tende a essencializar a cultura negra e, por conseguinte, a submete a um processo de cristalização ou de folclorização”. (Gomes, 2003, p.79)

É importante também que o professor não ignore situações racistas. Em sala de aula constantemente surgem insultos raciais e situações que demandam alguma forma de intervenção.

A questão religiosa e o ensino laico são aspectos que devem ser considerados. O professor não deve abordar religião em sala de aula, mas sim história. Assim, todas as religiões serão abordadas durante as aulas, mas exaltando seu aspecto histórico, sem qualquer referência a superioridades.

A formação continuada dos professores é fundamental na luta contra o racismo na escola e a implementação da lei 10.639/03, As ações exitosas no enfrentamento desse problema apostam na formação continuada e na sensibilização de professores.

Considerações Finais

Portanto, devido à diversidade cultural brasileira e a existência de culturas negras, quase sempre estigmatizadas, se faz necessária a abordagem sobre a temática em questão dentro da escola e a participação do corpo docente é fundamental.

O preconceito está na sociedade e, desta forma, aparece na escola. Nesse sentido, a educação tem o papel de transformação social, despindo a comunidade escolar desse preconceito e visando acabar com o racismo.

Muitas vezes, a escola acaba por perpetuar o racismo em suas práticas e produz, entre outras consequências, o fracasso escolar e a manutenção da hegemonia de uma cultura branca europeia.

Assim, é importante que se atente para o cotidiano escolar e suas demandas. As diferentes culturas pulsam nos cotidianos e a escola não tem conseguido lidar com essa diversidade. Seu currículo atende a uma cultura dominante e está pautado em uma verdade ilusória.

Por isso, a educação escolar, os educadores e pesquisadores tem um grande desafio: fazer da escola um espaço multicultural e de valorização dos cotidianos, onde as experiências pessoais e culturais dos jovens sejam valorizadas ou, no mínimo, respeitadas.

A abordagem das culturas negras ainda é uma dificuldade no ambiente escolar. Não que ela não exista. Ela existe e está impregnada nas relações, porém é vista de forma folclórica ou primitiva e pouco civilizada. O currículo está pautado na cultura da branquidade e isso oprime nossas crianças e jovens negros.

Os alunos praticantes do candomblé e da umbanda, por exemplo, são marginalizados na sociedade e, por sua vez, dentro da escola. Sua religião é abordada de forma arcaica e por vezes demoníaca. A escola ainda não aprendeu a lidar com a cultura negra africana.

Para Gomes (2003, p.79) “trabalhar com a cultura negra, na educação de um modo geral e na escola, em específico, é considerar a consciência cultural do povo negro, ou seja, é atentar para o uso auto-reflexivo dessa cultura pelos sujeitos. Significa compreender como as crianças, adolescentes, jovens adultos e velhos negros e negras constroem, vivem e reinventam suas tradições culturais de matriz africana na vida cotidiana”.

Portanto, faz parte da abordagem uma perspectiva identitária, uma vez que “a cultura negra possibilita aos negros a construção de um ‘nós’, de uma história e de uma identidade. Diz respeito à consciência cultural, à estética, à corporeidade, à musicalidade, à religiosidade, à vivência da negritude, marcadas por um processo de africanidade e recriação cultural. Esse ‘nós’ possibilita o posicionamento de negro diante do outro e destaca aspectos

relevantes da sua história e de sua ancestralidade” (Gomes, 2003, p. 79)

Quando a escola souber lidar melhor com as diferenças e considerar as experiências e vivências cotidianas sem discriminar qualquer tipo de cultura, poderemos conquistar uma educação *multicultural* que prima por uma transformação positiva da sociedade. Teremos seres humanos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial e de sua cultura.

Referência Bibliográfica:

ALVES, Nilda. A Experiência da diversidade no cotidiano e suas conseqüências na formação de professoras. IN: VICTORIO FILHO, A.; MONTEIRO, S.C.F. Cultura e conhecimento de professores. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. Tecer conhecimento em rede. In: ALVES, N.; GARCIA, R. L. (Orgs). O sentido da escola. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A Educação como cultura*. SP: Brasiliense. 1986

BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, seção I. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. DOU. Brasília, DF. 2003.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. RESOLUÇÃO Nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília. 2004.

CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antonio Flavio Moreira. *Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos*. In: **Educação como exercício de diversidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2005.

_____. *Multiculturalismo: Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas*. Ed. Vozes. Petrópolis – RJ. 2008

CAPUTO, Stela Guedes. *Educação em terreiros e como a escola se relaciona com crianças que praticam candomblé*. Tese de Doutorado. PUC. Rio de Janeiro. 2005

_____. *Avanços Conservadores na Educação Pública: O Ensino*

Religioso e os Livros Didáticos Católicos. Rio de Janeiro. 2008.

_____. *Racismo e Escola*. In: Educação em Terreiros e como a Escola se relaciona com crianças de Candomblé. Editora Pallas. Rio de Janeiro. 2011(no prelo).

COSTA, Albuquerque Fernando. *Diversidade Cultural e Educação*. In: www.aulaintercultural.org. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. 1996

GADOTTI, M. *Diversidade cultural e educação para todos*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

GOMES, Nilma Lino. *Cultura Negra e Educação*. Revista Brasileira de Educação. Maio/Jun/Jul/Ago. Nº 23, 2003.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *O Mito Anverso: o insulto racial*. Rio de Janeiro. 2005

_____. *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed.34, 2005.

MENEZES, Waléria. *O Preconceito Racial e suas Repercussões na Instituição Escola*. Fundação Joaquim Nabuco. Trabalhos para Discussão. Nº 147/2002. 2002 In: <http://www.fundaj.gov.br/tpd/147.html>

MORIN, Edgar. LE MOIGNE, Jean-Louis. O pensamento complexo, um pensamento que pensa. In: A Inteligência da Complexidade. São Paulo: Petrópolis, 2000

OLIVEIRA, Inês Barbosa; SGARBI, Paulo. *Estudos do Cotidiano e Educação*. Ed. Autêntica. Coleção Temas e Educação. 2008.

PAIS, José Machado. *Nas Rotas do cotidiano*. In: **Vida Cotidiana: Enigmas e Revelações**. Ed. Cortez.. São Paulo. 2003.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 3459, de 14 de setembro de 2000. Rio de Janeiro, RJ, 2000.